

CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS E A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS RELATÓRIOS INTEGRADOS

DENISE ISABEL RIZZI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ)
deniserizzi@unochapeco.edu.br

SADY MAZZIONI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ)
sady@unochapeco.edu.br

CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS E A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS RELATÓRIOS INTEGRADOS

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as questões ambientais mobiliza diversas iniciativas governamentais e não governamentais com o objetivo de debater e propor soluções. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi incorporada em 1987 no Relatório Brundtland, sendo definida como: “[...] o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46). O relatório recomenda que o desenvolvimento sustentável deve ser reconhecido como o escopo orientador da ação política e econômica (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Objetivando maior transparência às atividades corporativas e com a atenção focada para os assuntos não financeiros da organização, foram implantados alguns modelos de relatórios direcionados à sustentabilidade, por exemplo, o *Global Reporting Initiative* (GRI), o relatório IBASE e o Balanço Contábil das Nações (BCN) (SILVA, 2014). Dentre estes, destaca-se o GRI, amplamente adotado por empresas mundiais (KPMG, 2013).

O GRI proporcionou grandes avanços em termos de informações de sustentabilidade, porém, segundo Freitas e Freire (2017), os dados contidos nos relatórios são, em sua maioria, divulgados de maneira numerosa, desconexa e estatística. Lozano e Huisinigh (2011) avaliam que o modelo GRI é uma das melhores estruturas disponíveis de informações voluntárias, mas apresenta falhas ao divulgar diferentes documentos em desconexão espacial e temporal, pois não se divulgam as prospecções ao longo do tempo.

Com o objetivo de mitigar as inconsistências, o relatório integrado (RI) foi criado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), por meio de uma coalizão global entre reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contábil e ONGs (IIRC, 2013). O RI visa melhorar a qualidade das informações contidas nos relatórios, dando ênfase à conectividade de informações, relevância estratégica, concisão e orientação para o futuro (FREITAS; FREIRE, 2017). A estrutura conceitual para o RI (*The International IR Framework*) foi divulgada oficialmente pelo IIRC em 2013, apresentando conceitos fundamentais, princípios básicos e elementos de conteúdo a serem ressaltados.

As premissas do RI alinham-se à demanda por informações mais prudentes e buscam mobilizar os negócios e o mercado de capitais para reavaliar o entendimento externo sobre a criação de valor a curto, médio e longo prazo. Neste contexto, as empresas devem ter mais clareza sobre o direcionamento de valor dos negócios e geri-los de forma mais adequada. Da mesma maneira, os provedores de capital passariam a considerar os riscos de oportunidade com perspectiva de futuro na valorização das companhias e nas suas decisões de investimento (NICHI, 2016).

A introdução de um modelo diferente do até então utilizado no meio empresarial para informações socioambientais, não tem como mérito a criação de um novo tipo de relatório, mas de orientar que todos os relatórios adotados pela organização sejam integrados, transmitindo informações coesas sobre seu desempenho e demonstrando como a organização cria valor. Desta forma, o RI resulta em uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, conduzem a criação de valor no curto, médio e longo prazo (CARVALHO, 2013).

A partir do contexto apresentado, considerando o fato de que o RI é a proposta mais atual voltada à sustentabilidade empresarial, a pesquisa pretende responder a seguinte questão de pesquisa: quais as características empresariais estão relacionadas com a divulgação de informações dos Relatórios Integrados à luz das diretrizes divulgadas pelo *International*

Integrated Reporting Council (IIRC) em companhias de capital aberto, referente ao exercício de 2015? O objetivo é analisar as características empresariais relacionadas com a divulgação de informações dos Relatórios Integrados à luz das diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) em companhias de capital aberto, referente ao exercício de 2015.

Silva (2014) argumenta que as empresas estão passando por dificuldades em adaptar as informações referentes às práticas de sustentabilidade em suas empresas com as diretrizes impostas pelo IIRC, utilizando-se ainda como base o formato do GRI. Desta forma, vislumbra-se a importância da realização deste estudo, para verificar a conformidade das empresas do mercado acionário brasileiro frente às diretrizes apontadas pelo IIRC para a divulgação do RI.

Por acompanhar a trajetória dos relatórios corporativos, Carvalho e Kassai (2013) acreditam que a evolução para o RI seja um caminho sem volta: “As empresas irão descobrir novas formas de alcançar rentabilidade e criar valor para o acionista, de acordo com um novo modelo de negócio, com base em seis diferentes tipos de capitais e com amplas e novas alternativas de negociação” (CARVALHO; KASSAI, 2013, p. 190).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, a evidenciação informacional não é apenas motivada pelas necessidades e anseios dos usuários das informações, mas também pelos interesses das empresas e/ou gestores em evidenciá-las. Apesar da relação positiva da evidenciação com o desenvolvimento do mercado de capitais e a valorização das empresas, a contribuição dessa reflete-se também na liquidez das ações e na redução do custo de capital (DANTAS; ZENDERSKY; NIYAMA, 2008; COELHO et al., 2013).

As evidenciações voluntárias, a exemplo dos relatórios de sustentabilidade e os relatórios da administração, deixaram o conjunto de divulgação corporativa extenso e complexo, prejudicando a interpretação correta dos dados da organização (NAGANO et al., 2013; FREITAS; FREIRE, 2017).

A proposta de criação do modelo de RI representa uma evolução no processo de gestão e comunicação corporativa, uma iniciativa do *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) juntamente com o GRI. O IIRC, entidade fundadora do RI, é uma coalizão formada por órgãos reguladores, investidores, profissionais contábeis, organizações não governamentais e empresas de nível global que compartilham a visão da geração de valor como próxima evolução em relatórios corporativos. Apesar de representar uma revolução, o relatório não visa substituí-los e sim integrar os relatórios já existentes, ofertando informações completas (IIRC, 2013; ABREU et al., 2016).

A prerrogativa do RI consiste na apresentação das informações de uma organização de forma holística e interativa, que demonstre o relacionamento entre os capitais que envolve (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, natural) entre seus departamentos operacionais ou funcionais. Os conceitos fundamentais que sustentam a elaboração do RI buscam explicar como a organização gera valor ao longo do tempo, por intermédio da visão e interação com o ambiente externo e com os capitais para gerar valor no curto, médio e longo prazo. A interação transversal dos elementos dentro da organização entre as diversas áreas irá resultar na tomada de decisão integrada (ECCLES; SALTZMAN, 2011; ZARO, 2015).

O *framework* do RI fornece orientações baseadas em princípios para as empresas e outras organizações que desejam preparar um RI. A proposta é acelerar as iniciativas individuais ao fornecer impulso para uma maior inovação em comunicação corporativa globalmente, incluindo o aumento da eficiência do processo de comunicação (IIRC, 2013). Alguns fatores relevantes para a integração são (IIRC, 2013):

- a) capitais que a organização utiliza ou afeta e as suas interdependências críticas, incluindo *trade-offs* (trocas), entre eles;
- b) a capacidade da organização para responder a chave das necessidades e interesses legítimos das partes interessadas;
- c) como a organização adapta seu modelo de negócios e a estratégia para responder ao seu meio externo e os riscos e oportunidades que enfrenta;
- d) as atividades da organização, desempenho (financeiro e outros) e os resultados em termos de capitais (passado, presente e futuro).

O RI contém informações que revelam as consequências em longo prazo, de tomada de decisão em todos os aspectos relevantes. Por isso, as métricas de desempenho são reequilibradas longe da perspectiva comum de curto prazo dos relatórios anuais tradicionais, no sentido de uma perspectiva de médio a longo prazo. Maior transparência dos custos e benefícios leva a uma melhor exposição do desempenho de sustentabilidade real em relação às metas alcançadas. No geral, o RI aparece em linha com o negócio e é mais estreitamente relacionado com as informações utilizadas pela administração da empresa, auxiliando na tomada de decisões (JENSEN; BERG, 2012).

O RI se refere a um processo de harmonização e convergência dos diversos setores existentes na organização e do processo de comunicação corporativa, e não somente de uma simples junção dos relatórios contábeis e dos relatórios de sustentabilidade. Por este motivo, deve-se respeitar o tempo necessário para que cada empresa possa se adaptar a esse novo modelo de negócios, tendo em vista as particularidades de cada organização (CARVALHO; KASSAI, 2013; FRAGALLI et al., 2014).

O RI propõe um formato integrado de comunicação que informe adequadamente as principais questões que geram valor dentro de um conceito amplo de sustentabilidade, que assegura a perpetuidade da organização (IIRC, 2013). Divide seus conceitos fundamentais em três perspectivas: 1) capitais (financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais e de relacionamentos, naturais); 2) modelo de negócios da organização; e 3) criação de valor no decorrer do tempo. A integração entre esses conceitos contribui na demonstração de como a empresa cria valor quando usa ou afeta os capitais alinhados ao seu modelo de negócio (IIRC, 2013; FREITAS; FREIRE, 2017).

A análise dos capitais possibilita que os gestores levem em consideração não só as informações de caráter financeiro, mas também àquelas relacionadas aos ativos intangíveis que criam valor para a organização (CARVALHO; KASSAI, 2014). Segundo Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015), o RI visa rastrear a forma como os capitais são utilizados, de que maneira se relacionam e como são feitas as compensações pela entidade. Por meio da evidenciação da estratégia e do modelo de negócios é possível articular como os capitais serão convertidos em criação de valor para a empresa.

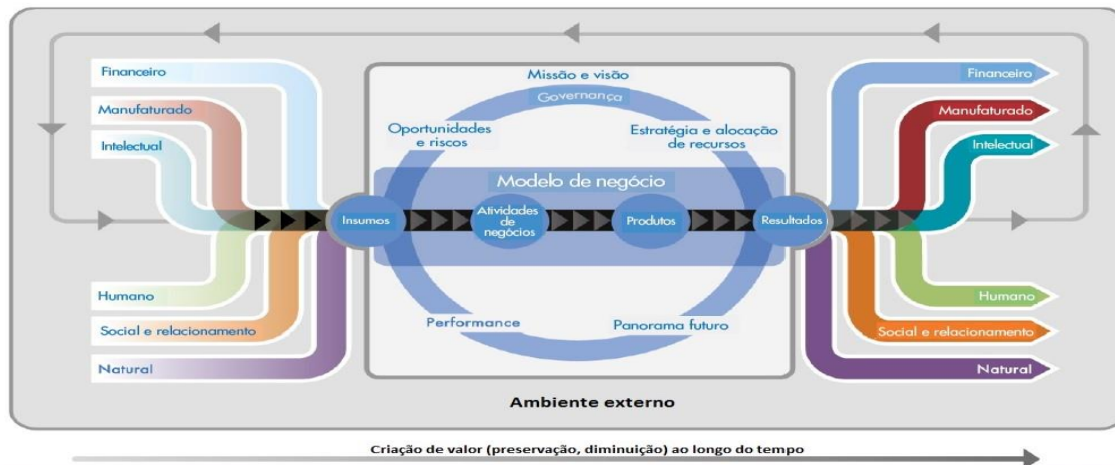
A evidenciação dos capitais permite que a organização informe como tem sido as interações com o ambiente externo e o relacionamento com os *stakeholders*, podendo gerar externalidades tanto positivas, quanto negativas (KIN et al., 2015). Sendo assim, é notório que nem todos os capitais têm a mesma aplicabilidade e relevância para as empresas. Dependendo do ramo de atuação, algumas organizações apresentam capitais com interações que não alteram significativamente a criação de valor para serem incluídos no relatório (IIRC, 2013). Desta forma, é possível constatar que a ideia central do RI gira em torno da criação de valor ao longo do tempo em uma organização.

A literatura sobre RI, considerando sua precoce fase de desenvolvimento, pauta-se, no meio acadêmico, em abordagens relativas à incidência de divulgação de tipologias de capitais categorizados no modelo proposto, a relação entre a divulgação destes capitais com variáveis explicativas, a exemplo do tamanho da empresa, setor de atividade, níveis de governança, entre

outros. Outras abordagens reportam as limitações, desafios teóricos e empíricos associados às diferentes maneiras em que o RI é compreendido e difundido dentro das instituições (VELTE; STAWINOVA, 2016).

O *framework* também apresenta o processo de criação de valor em uma organização, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Processo de criação de valor



Fonte: IIRC (2013, p. 13).

Analisando-se a Figura 1, denota-se que o ambiente externo se refere ao contexto em que a organização opera, incluindo condições econômicas, mudanças tecnológicas, questões sociais e desafios ambientais. Neste contexto, a organização se utiliza dos capitais como sendo os insumos necessários que, pelas atividades de negócio, são transformados em produtos e resultados. A forma com que a empresa realiza suas atividades, orientada por seu modelo de negócio que, por sua vez, é norteado por sua missão e visão, governança, oportunidades e riscos, estratégias e alocação de recursos, desempenho, e panorama futuro, influencia diretamente como os capitais serão afetados (IIRC, 2013).

O RI deve fornecer visões sobre o relacionamento da organização e seus diversos *stakeholders*, incluindo como e em que extensão a organização entende, leva em consideração e responde às suas legítimas necessidades e interesses (ACEITUNO; ARIZA; SANCHEZ, 2013). No que se refere à materialidade, o IIRC (2013) orienta que o RI deve apresentar informações referentes a assuntos que afetam substancialmente a habilidade da organização em criar valor no curto, médio e longo prazo.

O RI tem como proposta não ser mais um modelo de relatório e não determinar exatamente como deve ser executado. O IIRC em suas diretrizes tem orientações sobre os aspectos relevantes que devem ser levados em consideração e, principalmente, estimula uma mudança cultural na empresa, passando de informações geradas isoladamente, para um processo de integração entre todos os setores da organização, cujos resultados são informações claras e concisas. Assim, o RI permite que cada empresa escolha sua forma de relatar as questões propostas no *framework*, seja ela narrativa, quantitativa, entre outras formas (FRAGALLI et al., 2014; SLEWINSKI; GONÇALVES; SANCHES, 2015).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva, ao considerar as características das companhias da amostra investigada em relação às informações do relatório integrado (Gil, 2006). Em relação aos procedimentos, consiste de uma pesquisa documental, ao utilizar informações constantes nos relatórios publicados pelas empresas e dados de arquivo (Gil,

2006). Quanto à abordagem do problema, o estudo possui predominância quantitativa, utilizando métodos e técnicas estatísticas para explicar os resultados (Silva & Menezes, 2005).

Para detectar a conformidade das empresas pesquisadas com o relatório integrado, foi utilizada uma lista de verificação, descrita no Quadro 1 e adaptada de Aceituno, Ariza e Sanches (2013), em que constam informações das áreas específicas do RI, respaldadas pelas diretrizes do IIRC.

Quadro 1 – Lista de verificação dos itens divulgáveis no Relatório Integrado

Área	Item
Modelo empresarial e organizacional	Definição de objetivos corporativos; Descrição das atividades, mercados, produtos e serviços; Identificação de fatores-chaves (capital intelectual, impacto ambiental, etc.) e os principais interessados; Atitude em relação ao risco.
Contexto, riscos e oportunidades	Descrição de aspectos comerciais, sociais, ambientais e contexto regulamentar; Descrição das principais relações com <i>stakeholders</i> internos e externos (necessidades e expectativas); Descrição dos principais riscos e oportunidades.
Objetivos estratégicos e estratégias	Identificação de indicadores quantitativos-chave de desempenho e risco (KPIs, KRIs); Definição da visão corporativa; Gestão de riscos em relação aos principais recursos e suas principais relações; Definição/identificação de metas estratégicas; Relação das estratégias com outros elementos; Identificação de estratégias de diferenciação e vantagem competitiva.
Governança corporativa e políticas de remunerações	Descrição da governança corporativa; Influência da governança corporativa em decisões estratégicas; Influência da governança corporativa na remuneração dos executivos.
Comportamento, desempenho e criação de valor: financeiro, social e ambiental	Identificação dos resultados (financeiros e não-financeiros); Comparação de resultados com dados anteriores; Comparação de resultados com dados futuros; Relação entre KPIs (Indicadores quantitativos-chaves de desempenho) e metas estratégicas.
Perspectiva futura	Definição/identificação de desafios e oportunidades futuras (cenários); Referência ao saldo de interesses/metade de curto, médio e longo prazo; Referência a resultados/expectativas futuras.
Descrição dos indicadores quantitativos-chave de desempenho e risco analisados	EFICIÊNCIA ECONÔMICA Valor agregado, dívida, contribuição econômica para a comunidade, benefícios e empregados; Despesas financeiras, despesas de administração pública, resultado e receita; Fornecedores e retribuição aos acionistas. EFICIÊNCIA AMBIENTAL Eficiência energética (consumo de energia e consumo de água); Redução da poluição (emissões de poluição); Redução de resíduos (geração de resíduos e processamento de resíduos). EFICIÊNCIA SOCIAL Aumento do capital humano (absentismo, acidentes e doenças no local de trabalho, funcionários, volume de negócios, formação de colaboradores, gênero diversidade, estabilidade de emprego, antiguidade); Aumento do capital social (fornecedores certificados pela RSC, fornecedores locais, não conformidade, regulamentação legal relativa aos clientes, prazo de pagamento para fornecedores).

Fonte: Adaptado de Aceituno *et al.* (2013)

A população do estudo compreendeu as empresas listadas no relatório “relate ou explique” para o ano de 2015, extraído no site da B&MFBovespa (atual B3), totalizando 384 companhias. A amostra analisada considerou as 254 empresas que disponibilizaram as informações inerentes aos objetivos propostos na pesquisa, sendo que 16 companhias participaram do projeto piloto de implantação do RI no Brasil no ano de 2012 (independente do nome adotado para o relatório em 2015) ou utilizaram a nomenclatura de Relato/Relatório Integrado no ano pesquisado.

Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para avaliar os relatórios das empresas que divulgaram dados sociais, ambientais e financeiros, integrando informações sobre sustentabilidade. Foram consideradas as seguintes nomenclaturas: relatório de sustentabilidade,

relatório anual de sustentabilidade, relatório anual, relatório socioambiental, relatório anual de responsabilidade socioambiental, RI anual e RI.

A análise do relatório integrado considerou a presença de informações de qualitativa, quantitativa e monetária, além de considerar a abordagem global. Como características empresariais considerou-se o nível governança corporativa (NGC), vendas para o exterior (VENDEXT), retorno sobre ativos (ROA), nível de sustentabilidade (NSUST), presença em listagem no exterior (LISTEXT), a relação *Market-to-book* (MTB), a presença de investidor estrangeiro (INVEST), o tamanho a partir do ativo total (TAM), o crescimento de vendas (CV), o setor econômico de atuação (REGULADO) e o tipo de empresa de auditoria (AUDIT).

A Tabela 1 apresenta um exemplo de como as informações foram analisadas, a partir da divulgação do Relatório Integrado do Banco Bradesco.

Tabela 1 – Características das informações analisadas

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUANTITATIVOS-CHAVE DE DESEMPENHO E RISCO ANALISADOS		
Eficiência ambiental		
Eficiência energética (consumo de energia e consumo de água);		
Informação Qualitativa	Informação Quantitativa	Informação Monetária
Reúne um conjunto de ações e metas específicas acerca de temas como energia, água, papel, resíduos, plásticos e gases do efeito estufa (GEE), com adoção planejada ao longo dos últimos cinco anos. As metas, baseadas em indicadores, consideram a geração de valor (lucro líquido contábil) pela organização e o impacto ambiental causado em relação a cada tema monitorado (p. 81).	Utilização de água de reuso na matriz: 118,7 mil m ³ (p. 82).	Água, energia e gás: 345 (R\$ em milhões) (p. 119).

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Para a análise quantitativa, as empresas foram separadas em grupos, a partir da mediana de cada variável ou de determinada característica organizacional, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Segregação das empresas

Fator	Grupo	
ISE	1	Empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)
	2	Empresas não pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)
MTB	1	Empresas com índice abaixo da mediana da amostra
	2	Empresas com índice acima da mediana da amostra
CV	1	Empresas com índice abaixo da mediana da amostra
	2	Empresas com índice acima da mediana da amostra
LISTEXT	1	Empresas listadas em bolsa no exterior
	2	Empresas que não estão listadas em bolsa no exterior
TAM	1	Empresas com valor de ativo total abaixo da mediana da amostra
	2	Empresas com valor de ativo total acima da mediana da amostra
ROA	1	Empresas com índice abaixo da mediana da amostra
	2	Empresas com índice acima da mediana da amostra
REGULADO	1	Empresas que atuam em setores econômicos com atividades reguladas
	2	Empresas que não atuam em setores econômicos com atividades reguladas
AUDIT	1	Empresas que são auditadas pelas empresas de auditoria <i>big four</i>
	2	Empresas que não são auditadas pelas empresas de auditoria <i>big four</i>
INVESTIDOR	1	Empresas que possuem investidor estrangeiro
	2	Empresas que não possuem investidor estrangeiro
NGC	1	Empresas que possuem níveis diferenciados de governança corporativa
	2	Empresas que não possuem níveis diferenciado de governança corporativa
VENDEXT	1	Empresas que realizam vendas para o exterior
	2	Empresas que não realizam vendas para o exterior

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Foi utilizado o teste de Levene para verificar a igualdade de variâncias populacionais entre dois grupos e o teste *t* para igualdade de médias, considerando a distribuição das empresas nas amostras geradas pelos critérios do Quadro 2. Quando o teste de Levene se mostrar significativo ($<0,05$) é aceito que as variâncias são estatisticamente diferentes, utilizando-se os dados das variâncias iguais não assumidas. Porém, se o teste de Levene não se mostrar significativo ($>0,05$), deve-se aceitar que as variâncias são homogêneas, utilizando-se os dados das variâncias iguais assumidas (FÁVERO et al., 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção descreve e analisa os dados secundários coletados por meio da análise documental.

4.1 Motivos declarados para publicação do relatório integrado

De acordo com as diretrizes do IIRC, o Relatório Integrado deve ser elaborado de forma consistente, transmitindo aos usuários as informações consideradas relevantes durante o exercício social. Sua divulgação de forma completa acontece uma vez por ano, concomitantemente com a divulgação das demonstrações financeiras estatutárias (PEREZ JUNIOR; OLIVIERI NETO; SILVA, 2014).

Nesta análise, foram consideradas as companhias que participaram do projeto piloto de implantação do RI no Brasil no ano de 2012 (independente do nome adotado para o relatório em 2015) e das demais empresas que também utilizaram a nomenclatura de Relato/Relatório Integrado no ano pesquisado.

A partir do procedimento selecionado, 16 (dezesesseis) empresas foram analisadas, cuja nomenclatura utilizada no relatório e os motivos indicados nas publicações para uso do modelo estão explicitadas no Quadro 3.

Verifica-se no Quadro 3 que a maioria das empresas, apesar de mencionarem que seguem as diretrizes propostas pelo IIRC para elaborar o relatório de sustentabilidade, não o nomeia como Relatório/Relato Integrado. Abreu et al. (2016) também identificaram que as companhias integrantes do projeto-piloto não apresentaram formatos de RI idênticos e não houve preocupação em superar cada um dos tópicos e itens propostos. Identificaram que a estrutura conceitual do IIRC não foi utilizada pelas empresas de forma integral, mas como um guia para definir como as informações julgadas relevantes pelas empresas foram expostas nos seus relatórios corporativos.

Nagano et al. (2013) argumentam que, ao se analisar os relatórios publicados, depara-se ainda com a estrutura estabelecida pelo GRI, sendo introduzidas aos poucos as diretrizes do IIRC. Esse procedimento se torna um pouco maleável pelo fato dos modelos possuírem algumas semelhanças: o foco estratégico e a orientação futura do IIRC assemelha-se com a análise estratégica do GRI, enquanto a materialidade e a comparabilidade estão contidas em ambas as estruturas conceituais.

A empresa AES Brazil, conforme identificado no Quadro 3, apresenta estrutura baseada no RI e se adaptou ao modelo pela integração das informações e pela transparência das suas ações para seu público. Em seu relatório de sustentabilidade, a companhia inclui elementos de conteúdo sugeridos pelo *framework*, como visão, missão e valores, para informar em que circunstâncias operam; governança corporativa, revelando a sua estrutura; negócios, apresentado o seu modelo de negócio; ciclo de planejamento estratégico, ao transmitir aonde se quer chegar; entre outros, que atendem as diretrizes da estrutura (AES BRAZIL, 2012).

A empresa AES Brazil foi objeto de estudo de Kin et al. (2015), que analisaram sua adequação em relação as diretrizes do IIRC, constatando que a empresa apresenta grande interesse em apresentar informações de forma concisa e clara. Um grande desafio que ainda falta ser superado

é a adequação do pensamento e cultura de integração na comunicação e geração de valor em uma visão de curto, médio e longo prazo, além de alinhar os seus elementos de conteúdos e dados. Neste contexto, apesar das inconsistências, o estudo apontou que a empresa aparenta ter grande potencial em criar um RI eficiente.

Quadro 3 – Motivos declarados para a utilização do RI

Empresa	Motivo da Publicação	Nomenclatura do Relatório em 2015
AES Brazil	Utiliza as diretrizes do IIRC por proporcionar a consolidação do pensamento integrado sobre os negócios entre os diferentes departamentos, tendo como principais objetivos explicar, com transparência, o que fazem e a visão da empresa em relação à criação de valor para todos os públicos internos e externos.	Relatório de Sustentabilidade 2015
BNDES	Não divulgou o relatório (embora conste no projeto-piloto).	-
BRF	Comprometimento com a evolução da conectividade de informações e na apresentação de dados que abordem não apenas o contexto presente e o desempenho, mas também riscos, oportunidades e perspectivas de futuro para a Companhia, nos diferentes mercados em que atua.	Relatório Anual 2015
CCR	Não divulgou o motivo.	Relatório Anual de Sustentabilidade
CPFL Energia	Não divulgou o motivo.	Relatório Anual 2015
Fibria Celulose	Não divulgou o motivo.	Relatório Fibria 2015
Grupo Segurador BB e MAPFRE	As diretrizes do RI permitem aprimorar as suas práticas de mensuração das informações anuais.	Relatório Anual 2015
Itaú Unibanco	Explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo. O RI é um documento conciso sobre a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, proporcionando geração de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo.	Relatório Integrado 2015
Natura	Permite expressar com clareza a correlação entre os impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelas decisões empresariais.	Relatório Anual 2015
Petrobras	Aprimorar o processo de Relatório corporativo para os próximos ciclos anuais.	Relatório de Sustentabilidade
Via Gutenberg	Não divulgou o motivo.	-
Votorantim	Por tratar-se de um documento conciso para esclarecimento sobre a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas empresa, no contexto de seu ambiente externo, conduzindo à geração de valor em curto, médio e longo prazo.	Relatório 2015
TOTVS	Assume o compromisso com a evolução contínua da prestação de contas. O documento visa elevar o nível de informações prestadas pela Companhia e promover uma abordagem mais abrangente sobre os processos de geração de valor no curto, médio e longo prazo.	Relatório Integrado 2015
Magazine Luiza	Não divulgou o motivo.	Relatório Integrado 2015
Banco Bradesco	A fim de caminhar no rumo da efetiva integração de informações.	Relatório Integrado 2015
Weg	Não divulgou o motivo.	Relatório Anual Integrado

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

A empresa BRF, conforme destacado no Quadro 3, motivada por buscar manter-se atualizada no contexto das novas informações e tecnologias, apresentou os conceitos do RI por considerar uma ideologia inovadora que abrange pontos essenciais no mercado, repassando ao seu público um relatório de valor com informações de curto, médio e longo prazo. Rizzi et al.

(2016) analisaram a aderência às diretrizes voluntárias do RI estabelecidas pelo IIRC, constatando que a BRF foi empresa catarinense de capital aberto que melhor atendeu as perspectivas apontadas pelos fundadores do RI no ano de 2015.

Outra empresa pertencente ao projeto-piloto que já foi analisada em relação à aderência às diretrizes do IIRC trata-se da Natura, investigada por Silva (2014). O estudo constatou que houve uma grande evolução no processo de Relatório para se aproximar cada vez mais do RI, por ser uma tendência global e ter como objetivo não apenas unir dados financeiros e não financeiros em uma mesma publicação, mas ser reflexo de uma estratégia empresarial que efetivamente incorpore todas as dimensões do negócio em sua gestão.

A empresa Votorantim aderiu a proposta motivada pela consistência e credibilidade que o formato do RI proporciona à sociedade. Um documento que permite a evidenciação de informações relacionadas às suas estratégias, de sua estrutura de governança, seu desempenho e as perspectivas da entidade ao longo dos anos, agregando valor ao relatório, proporcionando dados para a tomada de decisão no curto, médio e longo prazo (VOTORANTIM, 2015).

Peixoto e Martins (2015) analisaram os relatórios da empresa Votorantim e concluíram que a empresa está em fase adiantada de implantação, tendo em vista que são poucas as empresas que estão trabalhando neste novo modelo de comunicação corporativa. A organização aceitou e se engajou na implementação de uma mudança cultural, explorando informações importantes para a geração de valor. Embora a aplicação do RI requeira tempo e envolvimento de todos na organização, a análise indicou resultados à altura dos desafios previstos.

Em resumo, os motivos mais evidentes para a adesão às propostas sugeridas pelo IIRC para a implementação do RI consistem da visão de geração de valor proporcionado no curto, médio e longo prazo, colaborando para um processo mais adequado de tomada de decisões de todos os públicos alvos das companhias. Além disso, fornece uma estrutura concisa, tornando um relatório de fácil manuseio e atribuindo maior significado aos dados reportados.

Conforme mencionado por Silva (2014), a partir do banco de dados fornecido pelo RI, a empresa passa a ter uma visão mais sistêmica e aprofundada dos impactos socioambientais, com reflexos positivos para a tomada de decisões e o gerenciamento de ações.

Algumas das empresas (seis) que utilizaram a nomenclatura de RI (ou semelhante) não mencionaram os fatores que motivaram a adesão às diretrizes do IIRC, conforme se pode constatar no Quadro 3. Contudo, em seu contexto as evidenciações são semelhantes, podendo-se considerar que a busca por esse modelo de Relatório é motivada pela mesma essência.

4.2 Características empresariais relacionadas à conformidade dos Relatórios Integrados

Para definir os fatores determinantes que contribuem de forma significativa para a evidenciação de informações relativas ao relato integrado de acordo com a estrutura do RI, em companhias brasileiras de capital aberto no ano de 2015, utilizaram-se as características descritas no Quadro 2.

A Tabela 2 apresenta o cálculo do teste *t* de médias a partir de amostras independentes, para verificar se há diferenças nas médias entre os grupos em que foram segregadas as empresas da amostra, conforme os critérios apresentados no Quadro 2.

Conforme observa-se na Tabela 3, as companhias pertencentes ao índice de sustentabilidade empresarial, as empresas com maiores índices de valorizam no mercado, aquelas que apresentaram maior crescimento de vendas, aquelas que listagem em bolsa no exterior, as empresas com maiores valores de ativos totais, aquelas com maiores índices de retorno sobre ativos, empresas que atuam em setores econômicos com atividades reguladas, as empresas auditadas por grandes empresas mundiais de auditoria, aquelas que possuem a presença de investidor estrangeiro, com níveis mais elevados de governança corporativa, que realizam vendas para o exterior, representam médias mais elevadas tanto para as informações

qualitativas, quanto para quantitativas, monetárias e totais, em relação às suas contrapartes da amostra.

Tabela 3 - Estatísticas de grupo

Característica		N	Média Qualitativa	Média Quantitativa	Média Monetária	Média Geral
ISE	1	31	0,7784	0,3455	0,2196	0,4478
	2	223	0,2492	0,1046	0,0636	0,1399
MTB	1	127	0,1986	0,0853	0,0528	0,1123
	2	127	0,4290	0,1826	0,1125	0,2427
CV	1	127	0,2050	0,0899	0,0531	0,1160
	2	127	0,4227	0,1781	0,1123	0,2390
LISTEXT	1	20	0,5694	0,2645	0,1694	0,3344
	2	234	0,2920	0,1228	0,0753	0,1641
TAM	1	127	0,1709	0,0678	0,0434	0,0954
	2	127	0,4567	0,2002	0,1219	0,2596
ROA	1	127	0,2319	0,0942	0,0605	0,1289
	2	127	0,3957	0,1737	0,1049	0,2261
REGULADO	1	77	0,4286	0,1772	0,1106	0,2388
	2	177	0,2639	0,1152	0,0705	0,1508
AUDIT	1	195	0,3555	0,1529	0,0938	0,2016
	2	59	0,1761	0,0716	0,0459	0,0979
INVESTIDOR	1	78	0,4326	0,1882	0,1166	0,2458
	2	88	0,1760	0,0627	0,0418	0,0954
NGC	1	146	0,3946	0,1763	0,1072	0,2260
	2	108	0,2046	0,0768	0,0496	0,1119
VENDEXT	1	86	0,4021	0,1695	0,1032	0,2269
	2	168	0,2686	0,1158	0,0722	0,1522

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Para verificar se as médias são estatisticamente diferentes, utilizou-se o teste de Levene, cujos resultados (outputs) não foram evidenciados por questões metodológicas de espaço. Analisando-se a variável ISE, verifica-se que o grupo 1 no qual consta as empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apresentou médias mais elevadas para as informações do tipo qualitativas, quantitativas, monetárias e para a média geral, estatisticamente significativas ao nível de 1%.

Normalmente, organizações que fazem parte da carteira do ISE são de grande porte e estão inseridas em mercados com grande foco de atenção dos ambientalistas (NUNES et al., 2010), gerando motivações para se esperar que haja uma relação positiva entre uma companhia integrante da carteira do ISE e sua probabilidade de divulgação de relatório de sustentabilidade ou RI. O estudo de Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) investigou as empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2014 e constataram que a participação da empresa na carteira do ISE impactou de forma positiva sua probabilidade de publicação do relatório de sustentabilidade ou RI.

As empresas que apresentaram valorização no mercado com índice acima da mediana da amostra, apresentaram médias mais elevadas em todas as análises, com grau de significância ao nível de 1%. Este resultado indica que as empresas que estão com maiores índices de valor de mercado em relação ao seu valor contábil são mais propícias a divulgar informações relativas ao relatório de sustentabilidade ou RI. Este resultado corrobora os achados de Roychowdhury e Watts (2007), de que, ao longo do tempo, empresas conservadoras tendem a apresentar mais informações.

As diferenças nas médias de evidenciação, em todas as abordagens apresentadas, mostraram-se significativamente diferentes ao nível de 1% para as empresas que possuem valores de ativos e crescimento de vendas acima da mediana da amostra. As variáveis TAM e CV podem estar alinhadas pela maior divulgação em razão do seu destaque e exposição ao mercado, pressupondo-se que as grandes empresas possuem maior visibilidade na sociedade, os custos desta exposição são maiores, fazendo com que as empresas sejam mais transparentes e se preocupem com sua reputação. Os resultados estão em linha com os achados de Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), indicando que quanto maior a empresa, maior a probabilidade de divulgação de informações referente às atividades de sustentabilidade praticadas por ela. Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) também identificaram que a característica tamanho é um fator discriminante em relação a divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou o RI.

As empresas com índices de retorno sobre ativos acima da mediana da amostra, apresentaram níveis mais elevados de evidenciação das informações relativas ao relatório de sustentabilidade/Relatório Integrado, ao nível de 1% de significância. O resultado se assemelha àqueles obtidos por Murcia (2009), em que o nível de rentabilidade mostrou-se um fator explicativo do nível de evidenciação voluntária de companhias abertas no Brasil, no período de 2006 a 2008. Espera-se que empresas mais rentáveis divulguem mais informações para se diferenciar de empresas menos rentáveis, buscando, assim, melhor sua imagem. Os gestores de empresas de melhor “qualidade” possuem incentivos para realizar ações para demonstrar que são melhores, a exemplo da divulgação voluntária de informações (BEAVER, 1998).

O teste de Levene identificou que as empresas com atuação em setores econômicos que possuem atividades reguladas apresentaram níveis mais elevados de evidenciação, com significância estatística de 1%, na análise das informações qualitativas e de 5% e para as informações quantitativas, monetárias e totais. O resultado é condizente com a investigação de Murcia (2009), que constatou ser a regulação setorial, especificamente no setor elétrico, um fator significativo para explicar o nível de evidenciação voluntária das companhias abertas no Brasil. Contudo, o resultado é distinto daquele obtido por Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015), que não identificaram a variável setor como um fator discriminante em relação a divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou o RI.

As empresas auditadas por grandes empresas mundiais de auditoria (*big four*), apresentaram médias mais elevadas de informações, significativas estatisticamente ao nível de 1%, em relação às suas contrapartes. O processo de monitoramento exercido pelos auditores independentes tende a tornar as demonstrações contábeis mais confiáveis (ASHBAUGH; DAVIS-FRIDAY, 2002). Espera-se que as empresas auditadas pelas *big four* apresentem maior divulgação de informações em decorrência do maior risco de reputação que estas empresas de auditoria estão expostas.

A característica empresarial de pertencer aos níveis diferenciados de governança corporativa existente na bolsa de valores nacional (B3), indicou que estas empresas divulgaram níveis mais elevados de informações, com significância de 1% no teste de Levene. A evidenciação pode ser entendida como um fator de sustentação das boas práticas de governança corporativa. Assim, empresas que participam de níveis diferenciados de governança corporativa na BM&FBovespa (atual B3) se comprometem em divulgar uma quantidade maior de informações aos seus usuários e de qualidade superior (BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009). Os resultados são condizentes com os achados de Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015). Braga, Oliveira e Salotti (2009) também identificaram que as empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa tiveram nível médio de divulgação pouco maior do que o nível médio das empresas não listadas, embora as médias não se mostraram estatisticamente diferentes.

As variáveis LISTEXT, INVESTIDOR e VENDEXT possuem como semelhança o relacionamento das empresas com exterior. De acordo com Baums (2002), o investidor estrangeiro geralmente compara várias empresas antes de realizar um investimento. Neste sentido, espera-se que empresas com relacionamento externo divulguem mais informações, para serem mais transparentes e para facilitar o acesso aos seus usuários.

Empresas com vendas no exterior apresentaram informações em maior quantidade em relação às suas contrapartes com operações exclusivamente no mercado interno, estatisticamente significativa em 5% em todas as abordagens. Estas diferenças estatísticas foram significativas em 1% para as empresas com listagem no exterior e de 5% para as empresas listadas no exterior.

A proposta de implantação do RI tem como finalidade contribuir com a demanda contemporânea de informações mais integradas, em que a articulação dos capitais e das áreas de atuação fazem com que se torne indispensável para a gestão, colaborando de forma integral na tomada de decisão. De modo geral, este estudo corroborou para a obtenção de uma visão geral de como está a adequação das empresas em relação às diretrizes do IIRC.

A partir destes resultados, evidencia-se maior interesse das empresas com maior exposição na sociedade em adotar e divulgar informações relacionadas ao relato integrado. As empresas estão buscando se adequar ao novo formato de divulgação de informações sobre sustentabilidade, por interessar-se em esclarecer ao seu público as informações mais precisas em relação às suas atividades, vendo o RI como o proponente para esta ação. Conforme Silva (2014), a partir do banco de dados fornecido pelo RI, a empresa passa a ter uma visão mais sistêmica e aprofundada dos impactos socioambientais, com reflexos positivos para a tomada de decisões e o gerenciamento de ações.

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar o nível de conformidade dos Relatórios Integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), em companhias brasileiras de capital aberto. Pesquisa descritiva, documental e quantitativa foi realizada a partir de dados contábeis e financeiros em uma amostra de 254 companhias, referente ao exercício de 2015.

Atualmente, em meio às mudanças conceituais em relação às questões socioambientais, as bases do RI se constituem em importante artefato para enfrentar estes desafios e promover a sustentabilidade. Neste sentido, a pesquisa possibilitou notar a relevância do modelo e as implementações realizadas pelas empresas para promover a sustentabilidade e a maior transparência de suas ações para seus usuários.

Após a análise dos relatórios das companhias de capital aberto, foi possível identificar que os principais motivos declarados para a adesão ao RI estão relacionados com o pensamento integrado sobre o negócio entre os diferentes departamentos e de permitir que as companhias possam explicar com transparência aos seus usuários a visão organizacional e as atividades de curto, médio e longo prazo. Outro ponto evidenciado é a disposição das empresas em assumir um compromisso com a evolução contínua da prestação de contas, em sintonia com formas mais contemporâneas e com a efetiva integração de informações. Assim, o RI constitui-se em relatório inovador e possibilita maior transparência na divulgação de informações de cunho sustentável no curto, médio e longo prazo, tornando-se mais relevante na criação de valor para as empresas.

Em resumo, os motivos mais evidentes para a adesão às propostas sugeridas pelo IIRC para a implementação do RI consistem da visão de geração de valor proporcionado no curto, médio e longo prazo, colaborando para uma melhor tomada de decisões de todos os públicos

alvos das companhias. Além disso, fornece uma estrutura concisa, tornando um relatório de fácil manuseio e atribuindo maior significado aos dados reportados.

Baseando-se no teste t de médias e no teste de Levene, foi possível constatar que as companhias pertencentes ao índice de sustentabilidade empresarial, com maiores índices de valorização no mercado, com maior crescimento de vendas, listadas em bolsa no exterior, com maiores valores de ativos totais, com maiores índices de retorno sobre ativos, atuando em setores econômicos com atividades reguladas, auditadas por grandes empresas mundiais de auditoria, que possuem a presença de investidor estrangeiro, com níveis mais elevados de governança corporativa e que realizam vendas para o exterior, apresentaram médias mais elevadas tanto para as informações qualitativas, quanto para quantitativas, monetárias e totais, em relação às suas contrapartes da amostra, estatisticamente significativas ao nível de 1% e 5%. Portanto, estas características constituem-se em fatores explicativos do nível de evidenciação das informações relacionadas ao relato integrado, na amostra investigada.

Por fim, a utilização do RI trouxe à sociedade grandes avanços, não somente para as empresas, mas para todos os usuários. A aplicação das diretrizes do IIRC permite que as empresas tenham suas transações financeiras mais detalhadas, uma abordagem mais coesa e eficiente para os relatórios e a melhoria da prestação de contas. Seu pensamento integrado permite a tomada de decisão e ações que incidem sobre a criação de valor no curto, médio e longo prazo.

Em meio aos incipientes estudos que abordam a temática Relatório Integrado, esta pesquisa evidencia aos pesquisadores o estado de adaptação por parte das empresas em relação às diretrizes do IIRC. A abordagem do nível de evidenciação das empresas de forma qualitativa, quantitativa e monetária, faz com que esta pesquisa seja relevante, adicionando abordagens e apresentando resultados mais robustos.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se, primeiramente, o caráter intencional da amostra, não permitindo a generalização dos resultados. Outro fator a ser considerado como limitação para este estudo é o caráter voluntário das informações divulgadas, cujos relatórios analisados, em sua maioria, não passaram por auditoria, ficando mais sujeitos à discricionariedade do preparador dos relatórios a serem publicados pelas empresas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a inclusão de outros fatores que possam se constituir em determinantes para a conformidade na divulgação dos RI e os benefícios advindos do seu uso. Recomenda-se, ainda, a continuidade deste estudo analisando-se nos demais anos o nível de conformidade dos RI em relação às diretrizes do IIRC, a partir de dados em painel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. C. S.; ZARO, E. S.; LUIZ, G.; BELLEN, H. M. V.; VICENTE, E. F. R. Governança corporativa na estrutura conceitual do relatório integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 31-49, 2016.

ACEITUNO, J. V. F.; ARIZA, L. R.; SANCHEZ, I. M. G. Is integrated reporting determined by a country is legal system? An exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, v. 44, n. 1, p. 45-55, 2013.

AES BRAZIL. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.aesbrasil.com.br/investidores/conteudo/investidores>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ASHBAUGH, H.; DAVIS-FRIDAY, P. **The role of non-US firms' financial reporting in international mergers and acquisitions**. Working Paper – University of Wisconsin – Madison, Oct. 2002. Disponível em: <www.ssrn.com>. Acesso em: 22 maio. 2017.

BAUMS, T. Changing Patterns of Corporate Disclosure in Continental Europe: The Example of Germany. **Social Science Research Network**, 2002.

BEAVER, W. **Financial reporting: an accounting revolution**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 3, p. 81-95, 2009.

BRANDÃO, I. F.; CRISÓSTOMO, V. L. Concentração de propriedade e qualidade da governança da empresa brasileira. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 13, n. 3, p. 438-469, jul. 2015.

CARVALHO, L. N. Relatórios empresariais: uma agenda que se renova. **Ideia Sustentável**, p. 60-61, set. 2013. Disponível em: <<http://www.erudito.fea.usp.br/portalfca/Repositorio/3581/Documentos/IS33%20-%20Relatorios%20empresariais%20uma%20agenda%20que%20se%20renova%20IIRC.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

CARVALHO, L. N.; KASSAI, J. R. Relatório Integrado. In: FONTES FILHO, J. R.; LEAL, R. P. C. **O futuro da governança corporativa: desafios e novas fronteiras**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COELHO, F. Q.; OTT, E.; PIRES, C. B.; ALVES, T. W. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 24, n. 1, p. 112-130, 2013.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A qualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.

DEPOERS, F. A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from french listed companies. **European Accounting Review**, v. 9, n. 1, p. 245-263, 2000.

ECCLES, R. G.; SALTZMAN, D. Achieving Sustainability Through Integrated Reporting. **Stanford Social Innovation Review**, v. 1, n. 1, p. 51-61, 2011.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. F.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRAGALLI, A.; PANHOCA, L.; GONZÁLEZ, A.; ALMEIDA, L.; COSTA, M. Relatório Integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Natal. **Anais...** Natal: Congresso Brasileiro de Custos, 17 a 19 nov. 2014.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. Relatório integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 77-92, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JENSEN, J. C.; BERG, N. Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. **Business Strategy and the Environment**, v. 21, p. 299-316, 2012.

KIN, C.; CAMPOS JR, J. J.; KASSAI, J.; MARTIN A.D.; HADLEY, D. J. **Relatório Integrado**: estudo de caso da AES Brasil. Salvador, 2015.

KPMG. **The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013**. Amsterdam, 2013.

LOZANO, R.; HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 1, p. 99-107, 2011.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NAGANO, R. T.; KASSAI, J. R.; KUSSABA, C. T.; CARVALHO, L. N. G. de. A evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da obrigatoriedade de sua asseguarção por terceiros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 1., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SINGEP; S2IS, 2013.

NICHI, J. **Governança e Relatório Integrado**: discursos e práticas da sustentabilidade corporativa. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PEIXOTO, N. O.; MARTINS, V. F. Relatório Integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: um estudo em empresas brasileiras. **RAGC**, v. 3, n. 7, 2015.

RIZZI, D. I.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A.; KRUGER, S. D.; DI DOMENICO, D. A experiência de empresas catarinenses com o Relatório Integrado. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 18., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

ROYCHOWDHURY, S.; WATTS, R. Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1-2, p. 2-31, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. C. C. A. **Tendências e desafios da integração de informações financeiras e de sustentabilidade de quatro empresas brasileiras que adotam o modelo do Relatório Integrado em 2014**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SLEWINSKI, E.; GONÇALVES, M. N.; SANCHES, S. L. R. Determinantes da divulgação do relatório desustentabilidade ou do Relatório Integrado das empresas listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO ANPCONT, 9., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2015.

VELTE, P.; STAWINOVA, M. Integrated reporting: the current state of empirical research, limitations and future research implications. **Journal of Management Control**, p. 1-46, 2016.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012.

VOTORANTIM. **Relatório 2015**. 2015. Disponível em: < <http://www.votorantim.com.br/pt-br/responsabilidadeSocialCorporativa/Paginas/relatorios.aspx>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ZARO, E. S. **Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras à luz da estrutura conceitual**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.